



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0007973-74.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Raquel Jalantonio e outro**  
 Requerido: **Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdencia Sa e outro**

Proc. 838/11

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

RAQUEL JALANTONIO e RAFAELA JALANTONIO, já qualificadas nos autos, moveram ação de cobrança contra MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A e BANCO DO BRASIL S/A, sociedades também já qualificadas, alegando, em síntese, que:

a) são filhas de Sonia Maria Jalantonio, falecida em 06/04/2010.

b) a falecida, a partir de 07/05/2007, celebrou diversos contratos de empréstimo com o Banco do Brasil S/A.

Tais empréstimos eram do tipo consignado em folha de pagamento.

A falecida era funcionária pública, lotada na Secretaria da Educação.

c) quando da celebração dos empréstimos, também celebrou,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

concomitantemente, contrato de seguro com a co-ré Mapfre que previa indenização para a hipótese de morte da segurada, a quantia de R\$ 32.428,47.

Toda vez que o empréstimo era renovado, novo contrato de seguro era celebrado, sendo certo que a última apólice data de 08/02/2010, com início de vigência previsto para o dia 26/02/2009 e término, dia 26/02/2014 (fls. 25).

d) após o falecimento de sua mãe as autoras solicitaram o pagamento da indenização prevista no contrato de seguro, o que negado pela co-ré Mapfre, sob o argumento de que houve omissão de dados nas declarações prestadas.

Fazendo menção a jurisprudência que entendem aplicável à espécie, protestaram por fim as autoras pela procedência da ação, com a condenação das rés “ou a uma delas” (sic – fls. 09) ao pagamento da importância segurada na apólice, para a hipótese de morte da segurada.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 14/53).

As rés foram regularmente citadas.

BANCO DO BRASIL S/A contestou a fls. 65/77, alegando:

a) que as autoras são carecedoras da ação, por falta de interesse de agir.

b) que o banco co-réu não tem legitimidade para figurar no polo passivo desta ação, pois não participou do contrato de seguro.

c) no mérito repetiu a matéria deduzida em preliminar e bateu-se pela improcedência da ação alegando que é necessário que se resguarde a veracidade das informações prestadas na proposta.

Réplica à contestação apresentada pelo Banco do Brasil S/A, a fls. 85/89.

A co-requerida Mapfre não obstante citada, não contestou a ação, como se vê da certidão de fls. 109.

O Ministério Público se manifestou a fls. 112/116, alegando que o Banco do Brasil S/A não tem legitimidade para figurar no polo passivo desta ação, pois não sendo agente segurador, não pode ser obrigado a pagar indenização securitária.

Relativamente a Mapfre, observou o Dr. Promotor que a ação é



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

procedente.

A fls. 123/124, este Juízo observou em despacho, que a carta citatória de Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S/A foi encaminhada para endereço errado.

Destarte, e visando evitar futura arguição de nulidade, determinou o Juízo a manifestação das requerentes e do MP.

As autoras e o MP, ante o teor do despacho de fls. 123/124, requereram a citação da co-ré no endereço correto.

Regularmente citada, VIDA SEGURADORA S/A, atual denominação de Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S/A, contestou (fls. 137/156), alegando que de fato celebrou contrato de seguro com a falecida genitora das autoras, que previa cobertura inicial para o caso de morte natural e acidental, no limite máximo de indenização, do valor de R\$ 30.000,00.

Porém, na apólice não houve indicação de beneficiários.

Outrossim, examinado o prontuário médico da falecida, constatou que a segurada era portadora de hipertensão arterial, informe que foi omitido quando do preenchimento da declaração pessoal de saúde em 2007.

Confirmada, pois, a preexistência de doença e a ausência de informação a respeito por parte da segurada, negou o pagamento da indenização.

Insistindo em que a segurada não se pautou com boa fé, quando da contratação do seguro, protestou, por fim, a co-ré, pela improcedência da ação.

Docs. acompanharam a contestação (fls. 161/239).

Réplica à contestação, a fls. 244/252.

A fls. 255/256, o MP reiterou manifestação anterior, no sentido da procedência da ação em relação à seguradora.

É o relatório.

DECIDO.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

De início e para que seja mantida linha coerente de raciocínio, observo que o Banco do Brasil S/A não tem mesmo legitimidade para figurar no polo passivo desta ação, pois não celebrou contrato de seguro com a falecida mãe das autoras.

Logo, não pode figurar em demanda em que se postula o pagamento de indenização prevista em apólice securitária.

Isto posto, o decreto de carência em relação a Banco do Brasil S/A, ex vi do que dispõe o art. 267, inc. VI, do CPC, é medida que se impõe.

Relativamente a Vida Seguradora S/A, observo de início, que inteira razão assiste ao MP quando alega que o documento inserido pela ré a fls. 145/146, não condiz com a apólice vigente quando do falecimento da mãe das autoras.

De fato, a apólice vigente quando da morte da mãe das suplicantes teve início de vigência em 26/02/2009, como se vê a 25/26.

Logo, a discussão armada pela ré acerca do documento de fls. 145/146 é irrelevante, não podendo também passar sem observação que a assinatura lançada no documento de fls. 145/146, em nada condiz com a assinatura da segurada constante da apólice de fls. 27vo..

Isso assentado, anoto que cuida esta demanda, de pedido de cobrança lastreada em apólice de seguro de vida.

Insiste a co-suplicada que as autoras, beneficiárias do seguro, não fazem jus ao prêmio, visto que sua falecida mãe, ao subscrever a proposta de seguro, omitiu à seguradora, que sofria de moléstia grave.

Pois bem.

Dúvida não há de que cabia à suplicada, a prova de que a falecida Sonia Maria tinha conhecimento da pré-existência da doença que culminou com seu falecimento.

Cabe, por conseguinte ao Juízo, verificar, ante a documentação apresentada, se o pagamento do seguro postulado na inicial é devido ou não.

No contrato de seguro de vida, a seguradora abre mão do direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que tem, de submeter o segurado a prévio exame médico, destinado a verificar se o proponente é ou não portador de doença grave que dará causa a indenização.

Ao abdicar do exame médico, a seguradora (no caso a ré) assume risco maior que o usual, mas que lhe convém, pois no conjunto da operação, terá lucro, ainda que tenha que pagar eventual indenização a segurado.

Verifica-se a fls. 25/26, que a mãe das autoras firmou a proposta de seguro em fevereiro de 2009.

Em 06 de abril de 2010, aproximadamente 14 meses após a assinatura da proposta de seguro, a segurada Sonia Maria faleceu (fls. 22).

Quando da entrada do aviso de sinistro, a seguradora resolveu verificar se a segurada encontrava-se em regular estado de saúde, ao apresentar sua proposta de seguro.

Vale dizer, somente quando o pagamento da indenização lhe foi solicitado, é que a ré se dispôs a constatar a saúde da proponente.

Tal desinteresse, como bem observado em julgado publicado em JTACSP - 91/101, "revela haver a seguradora assumido, voluntariamente, risco maior do que o normal, e a esse desinteresse fático, não pode opor o rigor que, desavisadamente, cláusulas impressas em contrato de adesão, podem aparentar".

Com efeito, o fato de não ter a segurada informado na proposta de seguro que sofria de moléstia grave, não implica a conclusão que tenha agido de má-fé. Esta, aliás, não se presume. Deve sim, ser plenamente provada.

In casu, tal não ocorreu.

De fato, não cuidou a ré de trazer aos autos, qualquer documento dando conta de que a falecida Sonia fosse portadora de qualquer mal ou doença.

Havendo dúvida, cabe ao segurador responder pela obrigação, conforme iterativa jurisprudência. A propósito, veja-se: RT - 401/247; 452/152; 487/181; 527/242; 461/180.

Há que se acrescentar ainda, que eventual má-fé do segurado só opera entre ele e o segurador, produzindo a resolução do contrato e a sanctio juris do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento do prêmio vencido. Não alcança, entretanto, os beneficiários no seguro de vida, depois de realizado o respectivo risco (morte), porque eles recebem título de dívida líquida, certa a exigível, sem terem participado do ato. A propósito, veja-se decisão proferida pelo E. Tribunal de Justiça do Paraná, publicada em RT 546/175.

Por fim, compulsando-se os autos, verifica-se que a ré não logrou demonstrar ter exigido da segurada, quando da contratação do seguro, informações a respeito de alguma moléstia que a tivesse obrigado a afastar-se de suas funções normais, habituais ou de trabalho, ou submetido a intervenções cirúrgicas.

Tal prova, sem dúvida alguma, deveria ser pré-constituída.

Apesar da suplicada não ter trazido aos autos qualquer documento que comprovasse a alegada hipertensão sofrida pela mãe das autoras, observe-se que esta (hipertensão) é perfeitamente controlável.

Complicações posteriores, dentro da eventualidade a que toda pessoa se sujeita, não poderiam servir, posteriormente, com o falecimento, de motivo para descumprimento do contrato.

Isto posto, a procedência da ação em relação a Vida Seguradora S/A, é medida que se impõe.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo parcialmente procedente** a ação.

Condeno a co-requerida Vera Cruz Seguradora S/A a pagar às autoras, a quantia de R\$ 32.428,47, correspondente à importância segurada (fls. 26), por Sonia Maria Jalantonio, subscritora da apólice de seguro de vida acostada a fls. 26, devidamente corrigida, a partir de 06 de agosto de 2010 (fls. 32), data em que o pedido de pagamento foi negado pela ré e acrescida de juros de mora, estes contados a partir da citação.

Condeno a requerida ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 15% do valor da indenização.

Julgo as autoras carecedoras da ação em relação a Banco do Brasil S/A e extingo o feito em relação a ele (Banco do Brasil S/A), sem julgamento do mérito, fundamentado no art. 267, inc. VI, do CPC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As autoras arcarão com as custas expendidas pelo Banco do Brasil S/A e honorários advocatícios, que fixo, amparado nas balizas impostas pelo art. 20, do CPC, em

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 24 de março de 2014.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**